
	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>			<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b>
				<b>FOLHA:</b> _____
				<b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>				
( )PMTM    ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO				

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

**1.1.** Descrição do objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de oxigênio medicinal, destinado ao Hospital Municipal Francisco Limongi, visando atender às demandas assistenciais da unidade hospitalar, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Trajano de Moraes/RJ, incluindo a disponibilização de recipientes em regime de comodato, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**1.2** – O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário.

### 2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E QUANTITATIVOS:

Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade	Qtde.
1		Fornecimento de oxigênio medicinal, com disponibilização de recipientes (cilindros/tanques) em regime de comodato, incluindo recarga, transporte, instalação quando aplicável e manutenção dos recipientes durante a vigência contratual, destinado ao Hospital Municipal Francisco Limongi, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Trajano de Moraes/RJ.	m <sup>3</sup>	12.000

#### 2.1. ENQUADRAMENTO DOS BENS

2.1.1. O oxigênio medicinal a serem adquiridos são classificados como bem comum, nos termos do art. 2º, inciso XXXII, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de itens cujas especificações seguem padrões usuais de mercado, permitindo a definição objetiva de desempenho e qualidade no edital.

Por não apresentarem alta complexidade, são amplamente disponíveis e de fácil comparação entre fornecedores. Essa classificação viabiliza a adoção de procedimento licitatório simplificado, justificando, assim, a escolha pelo modelo de aquisição de bens comuns.

Nos termos do Decreto Municipal nº 087/2023, ressalta-se, ainda, que não há bens de luxo entre os itens a serem adquiridos, conforme o disposto no inciso I do mesmo dispositivo.

2.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e do Decreto Municipal nº 087/2023.



#### 3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

3.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

3.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.

3.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é



	<p align="center"><b>PODER EXECUTIVO</b>  <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b>  <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b>  <b>PÚBLICAS</b>  <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b></p>		<p><b>PROCESSO:</b>  <b>0129/2026</b></p>
	<p><b>TERMO DE REFERÊNCIA</b></p> <p>( )PMTM   ( )SOCIAL   <b>(X)SAÚDE</b>   ( )EDUCAÇÃO</p>		<p><b>FOLHA:</b> _____</p> <p><b>RÚBRICA:</b> _____</p>

fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.

#### 4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

**4.1. Interesse público:** O fornecimento de oxigênio medicinal ao Hospital Municipal Francisco Limongi é de elevado interesse público, por se tratar de insumo essencial à manutenção da vida e à continuidade dos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. O oxigênio é indispensável ao atendimento de pacientes em situações de urgência e emergência, internações e suporte ventilatório, sendo sua disponibilidade contínua determinante para a segurança do paciente e a qualidade da assistência hospitalar.

A contratação assegura a regularidade do atendimento, previne complicações clínicas graves decorrentes da hipóxia e garante condições adequadas para o funcionamento da unidade hospitalar, reafirmando o compromisso da Administração Pública com a proteção da saúde da população.

**4.2. Metodologia do Quantitativo:** O quantitativo estimado de oxigênio medicinal foi definido com base no consumo histórico efetivamente registrado no exercício anterior pelo Hospital Municipal Francisco Limongi, a partir de relatórios operacionais e controles internos da unidade. O dimensionamento considerou o perfil assistencial do hospital, incluindo atendimentos, internações e procedimentos de urgência e emergência, bem como a natureza essencial do oxigênio medicinal como insumo crítico à manutenção da vida.

A estimativa anual de **12.000 m³** reflete a demanda real observada, acrescida de margem de segurança necessária para mitigar riscos de desabastecimento, diante da imprevisibilidade e sazonalidade das demandas hospitalares, especialmente relacionadas a doenças respiratórias. A projeção mensal uniforme tem caráter exclusivamente estimativo, não configurando cronograma físico-financeiro obrigatório, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

**4.3. Justificativa do Quantitativo Solicitado:** O quantitativo estimado de oxigênio medicinal foi definido com base no consumo histórico do Hospital Municipal Francisco Limongi, considerando os registros efetivos de utilização no exercício anterior e o perfil assistencial da unidade.

A estimativa é suficiente para garantir o abastecimento contínuo e seguro, levando em conta a natureza essencial do insumo, a sazonalidade das demandas hospitalares e a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de saúde, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



#### 5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Estudo Técnico Preliminar nº 010/2026 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

#### 5.2. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. A Administração Pública Municipal de Trajano de Moraes/RJ tem o dever de assegurar atendimento digno, contínuo e eficiente aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente no âmbito do Hospital Municipal Francisco Limongi, principal unidade de referência em saúde do município. A contratação para o fornecimento de oxigênio medicinal justifica-se pela natureza essencial desse insumo, amplamente utilizado como terapia profilática e curativa em diversos quadros clínicos, com destaque para doenças respiratórias, bem como no suporte à vida em atendimentos clínicos, ambulatoriais, de urgência e emergência. A indisponibilidade ou descontinuidade no fornecimento comprometeria diretamente a prestação dos serviços de saúde, acarretando riscos à vida dos pacientes e prejuízos irreversíveis à assistência hospitalar. Considerando que o Hospital Municipal Francisco Limongi concentra os atendimentos de urgência, internações clínicas e suporte às remoções realizadas pelas ambulâncias municipais, e que o município possui população estimada em cerca de 10.000 habitantes, distribuída em território predominantemente rural, a contratação do fornecimento de oxigênio medicinal mostra-se



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b> <b>FOLHA:</b> _____ <b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
( )PMTM    ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO			

indispensável para garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde, preservar a integridade física dos pacientes e cumprir o dever constitucional do Município. A demanda é formulada pela Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela gestão e execução das ações e serviços de saúde no âmbito municipal.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. A solução proposta consiste no fornecimento contínuo de oxigênio medicinal ao Hospital Municipal Francisco Limongi, insumo essencial e indispensável à assistência hospitalar, utilizado em atendimentos de urgência e emergência, internações e suporte ventilatório no âmbito do SUS. A contratação visa garantir o abastecimento regular e ininterrupto, prevenindo riscos à vida dos pacientes e assegurando a continuidade dos serviços de saúde. O objeto enquadra-se como bem comum, com especificações técnicas padronizadas, viabilizando a realização de licitação na modalidade Pregão, preferencialmente eletrônico, pelo critério de menor preço. O quantitativo foi definido com base no consumo histórico da unidade hospitalar, não sendo recomendada a adoção do Sistema de Registro de Preços. O fornecimento incluirá, em regime de comodato, os recipientes e equipamentos necessários, sob responsabilidade do fornecedor, atendendo integralmente às normas técnicas e sanitárias vigentes.

6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias dos materiais fornecidos a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

6.3. As despesas de fornecimento aqui citadas deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Em razão do valor estimado da contratação e da natureza do objeto, a Administração opta pela **não exigência de garantia de execução contratual**, nos termos do art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento contínuo, amplamente disponível no mercado e com baixo risco de inadimplemento.

6.5. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): A empresa contratada será responsável por prestar todas as informações técnicas necessárias à correta instalação, operação, manuseio e utilização do oxigênio medicinal, bem como dos equipamentos e recipientes utilizados no seu armazenamento e distribuição, inclusive aqueles disponibilizados em regime de comodato.

A contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, a adequada **assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva** dos equipamentos de sua responsabilidade, garantindo o pleno funcionamento do sistema de fornecimento de oxigênio medicinal e a continuidade do abastecimento hospitalar.

Sempre que necessário, a assistência técnica deverá ser prestada por profissional qualificado, de forma presencial ou remota, desde que os meios adotados sejam eficazes para a solução imediata de falhas, intercorrências ou situações que possam comprometer o fornecimento do oxigênio medicinal ou a segurança da utilização no ambiente hospitalar.



6.6. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será aplicado.

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

7.1. Sustentabilidade:

7.1.1 A contratação observará, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incentivando práticas responsáveis quanto à destinação ambientalmente adequada de recipientes, embalagens e componentes utilizados no fornecimento de oxigênio medicinal.



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b>  <b>FOLHA:</b> _____  <b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
( )PMTM    ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO			

Os critérios de sustentabilidade serão aplicados de forma proporcional, razoável e não restritiva, preservando a ampla competitividade do certame e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, conforme os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.1.2 Da vedação de contratação de marca ou produto: Não será exigido.

7.1.3 Indicação de marcas ou modelos: Não será exigido.

7.1.4 Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): No termos citado, **não será exigida vistoria prévia obrigatória** como condição para participação no procedimento licitatório.

Faculta-se, contudo, às licitantes, durante o período de divulgação do edital, solicitar esclarecimentos técnicos e, se entenderem necessário, realizar visita técnica ao Hospital Municipal Francisco Limongi, exclusivamente para fins de conhecimento das condições operacionais relacionadas ao fornecimento de oxigênio medicinal.

A eventual realização de visita técnica será de inteira responsabilidade da licitante, não podendo ser alegado desconhecimento das condições locais como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais, reajustes de preços ou pleitos posteriores.

7.1.5 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos equipamentos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigida a apresentação de amostra ou demonstração dos equipamentos.

## **8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO** (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021);

8.1. O prazo para entrega dos materiais será de até 10 (dias) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação de entrega pela empresa contratada, condicionado à prévia emissão da Nota de Empenho.

8.2. O objeto do contrato deverá ser entregue no Hospital Municipal Francisco Limongi, **Rua Dr. Ney Fortuna, 30 – Centro, Trajano de Moraes – RJ, CEP 28.750-000**, de Segunda à sexta-feira, conforme solicitação posteriormente comunicada.

8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.

8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

## **9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**



9.1. Em razão da previsão de fornecimento de entrega imediata, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.

## **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021):

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.





	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b>  <b>FOLHA:</b> _____  <b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
( ) PMTM    ( ) SOCIAL <b>(X) SAÚDE</b> ( ) EDUCAÇÃO			

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

10.3. Garantir que a aquisição e o fornecimento dos equipamentos solicitados produzam os resultados desejados, é essencial considerar um processo abrangente que cubra todo o ciclo de vida da aquisição.

Ao seguir esse ciclo de vida completo para a aquisição, a administração pública pode garantir que a contratação atenda efetivamente às necessidades administrativas e cumpra os planos traçados, garantindo transparência, eficiência e qualidade em todo o processo.

#### **11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Ficam indicados como futuros responsáveis pela fiscalização (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e pela gestão do contrato os seguintes servidores (se for o caso):

- **Fiscal do futuro contrato:** Sonia Regina David Silva – matrícula: 4342
- **Gestor do futuro contrato:** Sonia Regina David Silva – matrícula: 4342

#### **12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO** (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

#### **13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

13.1. A aquisição do objeto será realizada através de Sistema de Registro de Preços?

(x) SIM ou ( ) NÃO



##### **13.1.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantindo assim a obtenção de propostas mais vantajosas economicamente. Este critério de julgamento assegura que a contratação será realizada com a proposta de menor valor por unidade, proporcionando uma gestão eficiente dos recursos públicos. Ademais, a metodologia de menor preço unitário fomenta a competitividade entre os licitantes e a transparência no processo de seleção. A escolha desse critério está em conformidade com a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.

##### **13.1.2 ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO:**

13.1.3 A aquisição ocorrerá mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. No caso de prorrogação da vigência da ata de registro



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b>  <b>FOLHA:</b> _____  <b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
( )PMTM    ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO			

de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente.

**13.1.4** A Secretaria Municipal de Saúde durante a vigência da ata de registro de preços poderá **conceder adesão a ata de registro de preços**, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

**13.1.3** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

**13.1.4** Justifica-se a permissão para adesão a Ata originária do Sistema de Registro de Preços por estar demonstrado que possui inúmeras vantagens em comparação a licitações que não adotam esse procedimento. A presente aquisição visa atender às necessidades por estimativa, conforme a demanda dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde. A opção por entrega fracionada justifica-se pela necessidade de adequar o fornecimento à real demanda dos serviços, evitando assim desperdícios e garantindo uma gestão orçamentária mais precisa e eficiente.

**a.** Economicidade e Eficiência: A entrega fracionada dos materiais permite um controle mais rigoroso dos gastos públicos, uma vez que os pagamentos serão realizados conforme o consumo real. Essa prática está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, fundamentais na administração pública, uma vez que se evita a imobilização de recursos financeiros em estoques desnecessários.

**b.** Ajuste à Demanda Variável: A demanda da entrega dos materiais pode variar ao longo do período de fornecimento, seja em função de variações no número de consumo no período. A possibilidade de ajuste no fornecimento de acordo com a demanda permite maior flexibilidade e adequação às necessidades reais, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

**c.** Continuidade e segurança do abastecimento: O fornecimento contínuo e programado de oxigênio medicinal contribui para a manutenção da segurança assistencial, permitindo o acompanhamento permanente do consumo hospitalar e a reposição adequada do insumo, de acordo com a demanda real do Hospital Municipal Francisco Limongi. Tal prática reduz riscos de desabastecimento, assegura a regularidade dos atendimentos e garante suporte imediato às atividades clínicas, especialmente nos serviços de urgência, emergência e internação.

**d.** Conformidade Legal e Transparência: A adoção de práticas que promovam a eficiência, a economicidade e a transparência na administração pública está em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela legislação vigente. A fragmentação das entregas, além de proporcionar uma melhor adequação às necessidades do serviço público, reforça o compromisso com a boa gestão dos recursos públicos e a transparência das ações administrativas.

Assim, a presente solicitação de aquisição, com entrega fracionada, é uma medida estratégica e necessária para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a prestação dos serviços públicos com qualidade, responsabilidade e dentro dos parâmetros legais.

**13.1.5** O procedimento relacionado ao SRP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a legalidade e a transparência do processo de compras públicas. A legislação estabelece que a prorrogação da Ata atenda às condições de interesse público e às disposições estabelecidas no instrumento original.

## 13.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:



Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Da Habilitação Jurídica

**13.2.1** No caso de Empresa Individual:

**a)** Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b> <b>FOLHA:</b> _____ <b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
( )PMTM    ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO			

**13.2.2** No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

**a)** Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subseqüentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

**13.2.3** No caso de sociedade civil.

**a)** Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**13.2.4** No caso de empresa estrangeira.

**a)** Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

**13.2.5** No caso de cooperativa:

**a)** Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;

**b)** Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

**c)** Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital,

**13.2.6** No caso de microempreendedor individual:

**a)** Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

**13.2.7** No caso de consórcio de empresas:

a). A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b). Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

c). A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

d). A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;

e). A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.

f) A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.



**13.2.8** Em todos os casos:

a) Declaração Conjunta – **conforme modelo do edital**.

#### **Da comprovação da qualificação técnica**

**13.2.9** No mínimo 01 (um), atestados de capacidade técnica expedidos por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha prestado serviços iguais e/ou semelhantes ao objeto deste edital, e que comprovem o desempenho satisfatório da prestação dos serviços.



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b>  <b>FOLHA:</b> _____  <b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
( )PMTM    ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO			

b) Alvará ou Licença Sanitária, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em nome da empresa licitante, dentro do prazo de validade;

c) Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, com situação “Ativa”, para atividade de produção, envase, recarga ou distribuição de gases medicinais, conforme legislação vigente;

d) Registro da empresa junto ao INMETRO ou ao Corpo de Bombeiros, com validade vigente, comprovando habilitação para a execução das atividades relacionadas ao armazenamento, manuseio e transporte de oxigênio medicinal;

e) Indicação de Responsável Técnico, devidamente habilitado junto ao CREA, nas áreas de engenharia química, industrial ou mecânica, com ART – Anotação de Responsabilidade Técnica referente a serviços compatíveis com o objeto;

e.1) O vínculo do responsável técnico com a empresa deverá ser comprovado por meio de CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços;

f) Certidão de Registro da empresa junto ao CREA, da jurisdição onde estiver sediada, comprovando habilitação legal para execução de atividades relacionadas ao objeto, nos termos da RDC nº 189/2003 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

### 13.2.2.3 Declaração do Fornecedor

a) O licitante deverá apresentar **Declaração**, emitida em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal, atestando que:

I – tem pleno conhecimento de todas as informações e condições locais relacionadas ao objeto da contratação;

II – está ciente da quantidade de fornecimento por solicitação ou requisição;

III – possui plenas condições técnicas, operacionais e logísticas para efetuar a entrega dos materiais determinadas pela Administração, conforme definido no Termo de Referência;

IV – compromete-se a cumprir integralmente as obrigações decorrentes da contratação, em conformidade com o disposto no art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

### 13.2.2.4 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

**13.2.2.5** a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).



**13.2.2.6** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**13.2.2.7** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**13.2.2.8** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade





	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b> <b>FOLHA:</b> _____ <b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
( )PMTM    ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO			

em cujo exercício contrata ou concorre;

**13.2.2.9** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

**13.2.3.1** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**13.2.3.2** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**13.2.3.3** Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

**13.2.3.4** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**13.2.3.5 Da Habilitação Econômico-Financeira**

**13.2.3.6** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**13.2.3.7** A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

**13.2.3.8** No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

**13.2.3.9** Apresentação dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**a)** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**b)** O atendimento dos índices econômicos previstos na alínea "a" acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**13.2.4.0** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou, por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**13.2.4.1** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos



**13.2.4.2** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

**13.3 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO:**

**13.3.1** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**13.3.2** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b> <b>FOLHA:</b> _____ <b>RÚBRICA:</b> _____
	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b> ( )PMTM ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO		

**13.3.3** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**13.3.4** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**13.3.5** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### 14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

##### 14.1. Consórcios

- Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
- As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes por todos os atos praticados pelo consórcio;
- Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

##### 14.2. Cooperativas

- Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

#### 15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será permitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto. A vedação justifica-se por se tratar de fornecimento de oxigênio medicinal, insumo crítico e essencial à assistência hospitalar, cuja execução deve ocorrer de forma direta pelo contratado, assegurando a qualidade, a regularidade do abastecimento, o atendimento às normas técnicas e sanitárias e a responsabilidade integral pelo fornecimento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### 16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 144.000,00** (cento e quarenta e quatro mil reais).

#### 17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

17.1. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é (são):



Secretaria Municipal de Saúde	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
	1030200372060	33903900	1600000	60

#### 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A presente contratação foi precedida da elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, do qual decorre o presente Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A contratação ficará condicionada à existência de dotação e prévia reserva orçamentária suficientes.



	<b>PODER EXECUTIVO</b> <b>MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</b> <b>GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</b> <b>PÚBLICAS</b> <b>NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</b>		<b>PROCESSO:</b> <b>0129/2026</b>  <b>FOLHA:</b> _____ <b>RÚBRICA:</b> _____
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>			
( )PMTM    ( )SOCIAL <b>(X)SAÚDE</b> ( )EDUCAÇÃO			

A minuta do edital e do contrato será elaborada pelos setores competentes e submetida à análise jurídica e ao controle interno.

A divulgação do certame ocorrerá nos meios oficiais legalmente previstos, assegurando a publicidade, a transparência e a ampla competitividade.

18.2 O critério utilizado será o de menor preço unitário, por meio de Pregão Eletrônico.

#### 19. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:

Anexo I – Memória de Cálculo.

<p><b>Encaminha-se o presente Termo de Referência para ciência e análise do(a) Secretário(a) da pasta. Informa-se que o referido Termo foi elaborado com base nas informações constantes do Documento de Formalização da Demanda – DFD, apresentado pela Secretaria requisitante, devidamente fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.</b></p> <p>Trajano de Moraes, 19 de janeiro de 2026.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Mat: 4428</p> <p>Renato Martins Bueno Mat: 4412</p> <p>Daiane Dias Mat: 13934</p>	<p><b>De acordo</b> com Termo de Referência.</p> <p>Janaina de Carvalho Cunha Guzzo Matricula: 13703 Secretária Municipal de Saúde</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------